No dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quatro minutos, reuniram-se, em formato on-line, os membros da Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço (CIES) para a realização da centésima quinquagésima reunião ordinária. A reunião foi conduzida por **Newton Gonçalves de Figueiredo**, membro titular representante da Escola Técnica do SUS Professora Ena de Araújo Galvão (ETSUS), e contou com a presença dos seguintes membros: **André Vinicius Batista de Assis,** coordenador da CIES; **Edgar Oshiro**, membro titular representante da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP); **Silvia Helena M. de Moraes**, membro titular representante da Fiocruz/MS; **Milene Bartolomei Silva,** membro titular, e **Joseley Adimar Ortiz**, membro suplente, representantes do Conselho Estadual de Educação (CEE); **Josiane França Peralta Dan**, membro titular representante da Comissão Intergestores Regional (CIR) da Macrorregião Cone Sul; **Ayune Silva Marassi,** membro titular representante da CIR da Macrorregião Pantanal; **Érika Siqueira Batistelli**, membro suplente representante da CIR da Macrorregião Centro; **Rita de Cássia Bertolo Martins**, membro titular representante da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); **Camila Fortes Corrêa**, membro titular representante da Gerência de Ensino e Pesquisa do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (GEP/HUMAP/UFMS); **Camila Guimaraes Polisel,** membro titular representante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); **Mônica Vollkopf**, membro titular representante da Superintendência de Políticas Educacionais (SUPED/SED); e **Maristela A. de Matos Rios**, secretária executiva da CIES. Também esteve presente **Eliane Auxiliadora Espíndola** da Superintendência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES). **Newton** iniciou a reunião cumprimentando os presentes e apresentou a pauta, que incluiu: aprovação da ata da 149ª reunião da CIES; Pesquisa: Operacionalização da Política Nacional de EPS no Brasil (Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública) e informe sobre as atualizações do Plano Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (PEGTES). Foi aberta a palavra para considerações sobre a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade, sem manifestações. Em seguida, **Newton** passou a palavra para **Edgar**, que realizou a apresentação da participação na Pesquisa da Operacionalização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil: aspectos político-gerais e processos educativos no Sistema Único de Saúde (SUS), da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública. A pesquisa teve abrangência nacional e foram constituídas dez equipes para cobrir os 26 estados da federação e o Distrito Federal, totalizando quarenta pesquisadores envolvidos no trabalho de campo. Foram entrevistados diversos atores: gestor federal, gestor estadual, gestor de escola do SUS estadual, dispositivos de educação permanente em saúde estadual, docente estadual, conselheiro estadual de saúde, gestor municipal, coordenador de atenção básica/APS, gestor de escola do SUS municipal, dispositivo de educação permanente em saúde municipal, equipe de saúde da família, gerente de unidade básica de saúde, docente municipal e conselheiro municipal de saúde. O método utilizado foi: pesquisa de campo, entrevistas individuais e coletivas e questionário semiestruturado. O formulário de entrevista abrangeu: 1 - Educação Permanente em Saúde: estruturas político-gerenciais, estruturas para a operacionalização da EPS; mecanismos político-gerenciais; práticas de EPS desenvolvidas; estratégias para fortalecimento da EPS. 2 - Características das ações de educação permanente em saúde no SUS: planejamento das ações de EPS; atores envolvidos nos processos de EPS; competências profissionais almejadas; estratégias de ensino-aprendizagem e processos avaliativos das ações de EPS. 3 - Gestão do trabalho e educação permanente em saúde: condições de trabalho dos profissionais de saúde e sua relação com os processos de EPS; mecanismos e instrumentos de gestão do trabalho, ações de EPS, modelos de contratação e formalização dos processos de EPS. 4 - Escolas do SUS: ações e formas de operacionalização da EPS e potencialidades e desafios da atuação das escolas do SUS na operacionalização da PNEPS e das ações de EPS. **Josiane** relatou que foi realizada esta pesquisa em Dourados e que os resultados estão sendo aguardados. Informou que há algo sendo mobilizado na educação permanente em saúde, mas que ainda há dificuldade para atingir a gestão do trabalho e os indicadores. **André** mencionou que a ESP integra o grupo condutor desta pesquisa (Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública), cuja estruturação levou de três a quatro anos, destacando sua complexidade, dinâmica e o grande volume de trabalho envolvido. Ressaltou que tanto ele quanto o Secretário atuaram como respondentes da pesquisa. Pontuou a importância de compreender não apenas a perspectiva da

gestão, mas também o que pensam as escolas. Destacou que a pesquisa terá um olhar ampliado, indo além dos gestores estaduais e municipais, contemplando o trabalho desenvolvido pelas escolas, especialmente no que se refere às ações de Educação Permanente, para além de dados numéricos e quantitativos. Parabenizou a iniciativa do projeto e reforçou a relevância de compreender a percepção das escolas por meio desta pesquisa. **Edgar** ressaltou que a CIES tem que buscar fomentar a política da EPS em todos os espaços da saúde. Enfatizou ainda que o fomento à Educação Permanente foi criado por uma vontade política de mudança e de uma pedagogia capaz de transformar práticas. **Newton** passou a palavra para **Eliane**, que apresentou as atualizações das ações do PEGTES. Informou que houve a participação de 21 municípios nas nove oficinas presenciais, representando 27% do total, e destacou que, diante deste percentual, evidenciou-se a necessidade de ampliar a participação dos municípios no levantamento de necessidades relacionadas à gestão do trabalho e educação na saúde, garantindo um diagnóstico mais preciso. Relatou que, para sanar essa lacuna, foi elaborado um instrumento em conjunto com a Coordenação de Gestão do Trabalho (CGT), o qual foi encaminhado aos 79 municípios, com prazo inicial de resposta até 20/02. Informou que, até essa data, apenas 16 respostas haviam sido recebidas, motivo pelo qual o prazo foi ampliado. Com o apoio de **Halex**, do Conselho Estadual de Saúde (CES), houve o engajamento de mais 47 municípios. Somados aos 21 municípios participantes das oficinas, totalizaram-se 68 respostas ao questionário, permanecendo 11 municípios sem retorno: Água Clara, Alcinópolis, Bataguassu, Brasilândia, Costa Rica, Deodápolis, Inocência, Japorã, Jaraguari, Paranhos e Rio Verde de Mato Grosso. Destacou, por fim, que a equipe iniciou a elaboração do relatório de diagnóstico situacional. **Josiane** manifestou dúvidas sobre como mensurar os resultados e sobre como os municípios podem se organizar para garantir o acesso aos recursos. Informou que a adesão já foi realizada, o núcleo de educação permanente já implantado e o plano municipal de educação permanente instituído, destacando a necessidade de acesso ao recurso para viabilizar o cumprimento da agenda de ações de educação permanente no município. **Eliane** esclareceu que o município de Dourados já cumpriu todos os critérios para o recebimento do recurso e solicitou a **André** que esclarecesse os trâmites oficiais do envio dos recursos aos municípios. **André** esclareceu que a não liberação dos recursos até o momento não está diretamente vinculada às ações estabelecidas no termo de adesão, mas aos trâmites burocráticos e dificuldades na operacionalização da transferência de recursos federais para os municípios em gestão plena, devendo observar o disposto na portaria vigente. Ressaltou a necessidade de ajustes nos processos de transferência, considerando que, embora exista o dispositivo legal, persistem entraves relacionados à triangulação de recursos e à ausência de rastreabilidade adequada. Informou que tais ajustes já estão em andamento e, assim que concluídos, o recurso será liberado. **André** ressaltou a importância da integração entre educação e saúde, com referência ao CEE, e a percepção de que o trabalho articulado fortalece a relação entre essas áreas. Destacou que é fundamental firmar e fortalecer a atuação conjunta, estabelecendo vínculos com conselhos e instâncias como a SED, o que pode representar um diferencial na formação. **Edgar** reforçou a importância da CIES como espaço de apoio à formação para o SUS, ressaltando também a importância da participação de outros atores em sua composição. **Newton** agradeceu a participação de todos, em especial do CEE, pela contribuição na CIES e na efetivação dos credenciamentos da ETSUS, e encerrou a reunião às dez horas. Eu, **Maristela Amaral de Matos Rios**, redigi a presente ata, que será submetida à aprovação na próxima reunião.